

Os Desafios na Adoção da Tradição Interpretativista nas Ciências Sociais

Ivor Prolo¹

Manolita Correia Lima²

Luciano Ferreira da Silva³

Resumo: Esse ensaio teórico contribui para a discussão sobre a adoção da tradição interpretativista nas ciências sociais. Para tanto, debruça-se sobre os caminhos trilhados pelas ciências para a compreensão do conhecimento intersubjetivo e suas implicações nas ciências sociais. Ademais, observa-se o número crescente de pesquisadores que adotam métodos e estratégias originários da tradição interpretativista no campo dos estudos organizacionais em administração, que se contrapõem à perspectiva *mainstream* – tradição funcionalista. Por fim, reforça-se que este *mainstream* é influenciado pelo produtivismo acadêmico.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Conhecimento Intersubjetivo; Tradição Interpretativista; Estudos Organizacionais.

Challenges in Adopting Interpretative Tradition in Social Sciences

Abstract: This theoretical essay contributes to the discussion about the adoption of the interpretative tradition in social sciences. In order to do so, it focuses on the paths that sciences have gone through to understand intersubjective knowledge and its implications in social sciences. In addition, it is possible to observe the growing number of researchers adopting methods and strategies originated from the interpretative tradition in the field of organizational studies in administration, which are opposite to the mainstream perspective - functionalist tradition. Finally, it is emphasized that this mainstream is influenced by academic productivism.

Keywords: Social Sciences; Intersubjective Knowledge; Interpretative Tradition; Organizational Studies.

Introdução

Frente ao interesse de elaborar interpretações, análises e conclusões confiáveis, ao longo de séculos, filósofos e cientistas se empenham para formular bases filosóficas e propor métodos científicos que contribuam para tornar o desconhecível em conhecível, o intangível em tangível, bem como a subjetividade em objetividade (TEIXEIRA, 2012). Com a mesma preocupação, os pesquisadores são levados a questionar as bases filosóficas e os métodos que sustentam a construção do conhecimento (BIROCHI et al., 2012; PAES

¹ Doutorando em Administração no Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional – PMDGI/ESPM. Profissional na área técnica da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

² Doutora em Educação pela USP. Professora no Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional – PMDGI/ESPM e coordenadora do Núcleo de Inovação Pedagógica da ESPM.

³ Doutor em Administração pela PUC-SP. Professor e pesquisador no Mestrado Profissional em Administração - Gestão de Projetos na Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

DE PAULA, 2016; SERVA; DIAS; ALPERSTEDT, 2010; VERGARA; CALDAS, 2005) ao enveredarem para discussões de natureza epistemológica. Em termos práticos, os resultados dessa atitude contribuem para o pesquisador imprimir coerência às escolhas metodológicas.

Contudo, no contexto do produtivismo acadêmico, recorrentemente, pesquisadores do campo de estudos organizacionais têm adotado paradigmas e procedimentos alinhados ao *mainstream* (ALCADIPANI, 2011;2017; VERGARA; CALDAS, 2005). O objeto de estudo do campo de estudos organizacionais – as organizações – reforça essa tendência uma vez que a expectativa por resultados concretos leva a reincidência do uso de abordagens de caráter funcionalista (DUARTE; ALCADIPANI, 2015; MORGAN, 2010; SERVA, 1997; WEBER, 1997). Apesar desta tendência, o referido campo de estudo também tem sido enriquecido com a adoção de abordagens interpretativas e críticas (BURRELL; MORGAN, 1979; MOTTA, 2001).

Apesar de a discussão promovida pelos autores antes referenciados, a reflexão sobre a adoção do paradigma interpretativista nas ciências sociais ainda necessita ser realizada. Para isso, considera-se três justificativas: primeira, a existência de dúvidas em relação a cientificidade dessa abordagem; segunda, a inexistência de um único pensamento (paradigma) para se fazer ciências sociais e, terceira, as possibilidades e o interpretativismo contribuir para a busca de novos significados para fenômenos aprisionados pelo *mainstream* produtivista.

Nesse sentido, a adoção desse paradigma pressupõe maior proximidade com os sujeitos de pesquisa, além de favorecer a compreensão dos fenômenos em profundidade. Levando isso em conta, o texto aqui apresentado adota uma leitura crítica à abordagem positivista que limita o acesso às narrativas e experiências dos sujeitos e, por esse motivo, reduz a compreensão dos fenômenos humanos à construção de teorias (*theory building*).

Desta maneira, essa reflexão não pretende reforçar a disputa entre os paradigmas, uma vez que cada um deles percorre caminhos, contextos, situações e finalidades específicas, ao construir pressupostos e coerências alinhadas a visão de mundo dos pesquisadores (BURRELL; MORGAN, 1979). Aliás, reforça-se o desinteresse de promover uma discussão que coloque os paradigmas de pesquisa utilizados para compreensão das questões epistemológicas de forma antagônica. Em uma analogia simples, seria como desejar compreender a cultura de grupos ou povos diferentes por meio de uma única lente cultural, o que de certa forma geraria desavenças e juízos de valor sobre a cultura que se pretende interpretar (GEERTZ, 2008; LARAIA, 2009), e isso não contribuiria para o avanço no conhecimento específico de cada grupo humano.

Considerando a existência de crescente preocupação de se aprofundar na complexidade dos fenômenos organizacionais, busca-se enfatizar a relevância de publicações como as assinadas por Vergara e Caldas (2005), Godoi, Bandeira-de-Melo e Silva (2010) e Pozzebon e Petrini (2013). Tais autores argumentam a importância da abordagem interpretativista para a construção do conhecimento intersubjetivo e compreensivo. A intersubjetividade pode ser definida pela capacidade do ser humano em se relacionar com seu semelhante e/ou com o objeto, o que representa o entendimento sobre a compreensão do outro acerca de determinado fenômeno. A compreensão desta relação traz à tona a existência de múltiplas realidades, o que justifica a adoção do paradigma interpretativista para a compreensão da intersubjetividade. Além disso, considera-se que a relação do ser humano, seja com outros seres humanos ou com os ambientes social ou natural, instiga múltiplas interpretações da realidade a depender do ponto de vista adotado (ALDAWOD; DAY, 2017; FREITAS, R. R., 2017).

Frente ao exposto, os autores se propõem a contribuir para a discussão sobre a crescente utilização do paradigma interpretativista pelos estudos organizacionais, sem desconsiderar os desafios implicados. Para tanto, investirá em um resgate epistemológico histórico das nuances e pressupostos que fundamentam

a tradição interpretativista. Com isso, objetiva-se reunir os desafios intrínsecos à adoção do paradigma interpretativista nas ciências sociais, tendo como referência o campo de estudos organizacionais em administração. Espera-se que o texto contribua para o delineamento da construção do conhecimento intersubjetivo pela abordagem interpretativista. Para tanto, o texto evolui da Introdução para uma leitura crítica sobre o rigor científico, as escolhas metodológicas, a existência de diferentes paradigmas de pesquisa e o interpretativismo nas ciências sociais, findando-se nas considerações finais.

O rigor científico e as pesquisas de ciências sociais

Um mundo cada vez mais complexo impõe aos pesquisadores desafios para sua compreensão, bem como para a busca de soluções para problemas sob a orientação de novas perspectivas. Inovações tecnológicas associadas a problemas de ordem social e ambiental exigem que as soluções sejam pensadas de forma transdisciplinar. Santos (2010) trata sobre as limitações do paradigma da ciência moderna e reúne algumas ideias que sustentam o que nomeia de paradigma emergente de ciência. Ele se refere a uma crise decorrente da ruptura na forma hegemônica de se fazer ciência. Essa ruptura ocorre pelo fato de o modelo global de ciência negar o que não se ajusta aos parâmetros convencionais, desqualificando outras formas de fazer ciência.

O cerne desta discussão é o rigor científico derivado dos fundamentos da matemática. Para os cientistas que trabalham orientados pelo paradigma dominante, o rigor assume particular importância e isso desencadeia duas consequências. A primeira preconiza que para conhecer algo é preciso quantificar, o que equivale a afirmar que o rigor da ciência é aferido pela precisão das medições, consequentemente, as qualidades intrínsecas ao objeto são desconsideradas. Assim sendo, o que não é quantificável, é cientificamente irrelevante. A segunda consequência refere-se à redução da complexidade, conhecer está atrelado ao fato de dividir e classificar para depois relacionar com o que foi separado (DESCARTES, 2001; MILES; HUBERMAN, 1984).

A consciência filosófica da ciência moderna teve suas primeiras formulações no racionalismo *cartesiano* e no empirismo *baconiano*, condensando-se no positivismo do século XVIII, que considerava a existência de apenas duas formas de ciências (BERNI; FERNANDEZ, 2012; SILVA; ROMAN NETO, 2010). Enquanto a primeira se baseia em princípios lógicos e matemáticos, a segunda se baseia nas ciências empíricas prevaletes na concepção mecanicista das ciências naturais. Por muito tempo as ciências sociais fizeram uso desta visão de ciência com o amadurecimento teórico-metodológico que vem conquistando, não apenas questionam as limitações desse modo de pensar e investigar, como também elaborando proposições mais ajustadas às especificidades aos respectivos objetos de estudo.

Santos (1988) elege cinco obstáculos que as ciências sociais enfrentam: (a) a inexistência de um consenso paradigmático; (b) a impossibilidade de estabelecer leis universais para os fenômenos sociais devido às peculiaridades condicionadas pela cultura; (c) a impossibilidade de estabelecer previsões confiáveis devido à capacidade de modificação dos seres humanos por meio de novos conhecimentos adquiridos; (d) a natureza intersubjetiva dos fenômenos sociais, que não podem ser capturados pela objetividade do comportamento; e (e) o fato de o cientista não estar isento de valores culturais e pessoais, o que acaba interferindo de alguma maneira na sua prática científica.

A partir do exposto, torna-se perceptível a impossibilidade de se colocar as ciências sociais e naturais em um mesmo patamar. A questão aqui é que a busca por uma racionalidade nas ciências sociais impõe a aplicação de procedimentos de forma linear e, à medida que emerge a consciência da distinção entre natureza/cultura e humano/animal, faz-se mister superá-las (BIROCHI et al., 2012; PAES DE

PAULA, 2016; SERVA et al., 2010). Essa condição revela que as descobertas não são estáticas, tampouco permanentes, assumem dinamicidade e movimento convergente. Assim sendo, tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais integram um movimento interdisciplinar. Esse conjunto de desafios contribui para que os cientistas levem em consideração as questões filosóficas típicas da prática científica, sobretudo quando está exposta a pressão por produção intelectual em massa (ALCADIPANI, 2011). Essas reflexões são enfrentadas pela academia, em especial, por representantes dos estudos organizacionais (ALCADIPANI, 2017; FREITAS, 2011).

Dentre essas reflexões epistemológicas, existe uma discussão voltada para o conteúdo e a finalidade do conhecimento científico, contraponto a forma exigida para o rigor científico no uso de instrumentos tecnológicos e ocasionando perda da riqueza intersubjetiva (POZZEBON; PETRINI, 2013). Isso revela a consciência acerca dos limites do conhecimento, que “não são superáveis com maiores quantidades de investigação ou maior precisão dos instrumentos. Aliás, a própria precisão quantitativa do conhecimento é estruturalmente limitada” (SANTOS, 1988, p. 58).

Portanto, a ênfase no rigor, na neutralidade e na quantificação científica não são suficientes para responder plausivelmente a todas as questões investigadas pela ciência, principalmente quando envolvem conhecimento intersubjetivo. Conforme discutido, há reivindicações de reconhecimento das ciências muito além das denominadas naturais, que é o caso das ciências sociais. De outra forma, o paradigma positivista que orienta as pesquisas das ciências naturais, que dispõe de pressupostos metodológicos e filosóficos consolidados, influencia sobremaneira pesquisas nas ciências sociais. Desta maneira, destaca-se a discussão sobre os paradigmas e sua influência nas pesquisas, que será aprofundada nas próximas seções.

Escolhas metodológicas e suas implicações

A visão de mundo considerada na realização de uma pesquisa interfere sobre as escolhas de um pesquisador e influencia igualmente a elaboração de pareceres ou se adota esta ou aquela pesquisa como parâmetro para os estudos. Portanto, ao adotar uma visão de mundo, ou seja, um paradigma, pesquisadores e pareceristas se posicionam sobre a forma pela qual compreendem os fenômenos investigados. Guba e Lincoln (1994) asseguram que a escolha da visão de mundo está relacionada ao paradigma que representa um conjunto de crenças e princípios sobre a realidade. Os autores afirmam que a escolha do paradigma de pesquisa deve estar baseada em questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas.

As questões ontológicas estão relacionadas ao estudo do ser, a forma como é compreendido como as coisas são. O objetivo é entender a essência e a forma da realidade investigada identificando se o ser (fenômeno) é abstrato ou concreto (GRAY, 2012; GUBA; LINCOLN, 1994). Na perspectiva ontológica, a realidade auxilia na compreensão da sua própria existência como objeto e/ou fenômeno, ou ainda do entendimento do sujeito que observa tal objeto. Assim, o ser pode ser ontologicamente explicado por uma perspectiva realista ou relativista (GUBA; LINCOLN, 1994).

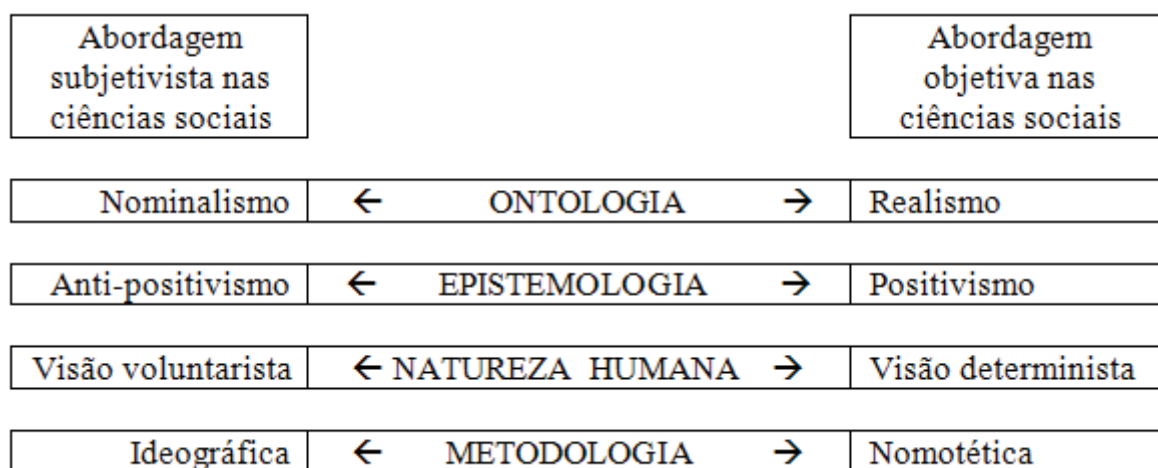
As questões epistemológicas permitem compreender a construção do conhecimento (BERNI; FERNANDEZ, 2012). A epistemologia reflete sobre a natureza e a origem do conhecimento ultrapassando o senso comum, assim sendo, ajuda na compreensão da origem, estrutura, métodos e validade do conhecimento (GODOI et al., 2010). Portanto, compreender o conhecimento envolve questões ontológicas e epistemológicas e isso direciona para um enfoque objetivo (concreto) ou subjetivo (abstrato) (VERGARA; CALDAS, 2005). Do mesmo modo, visões ontológicas e epistemológicas geram diferentes paradigmas de pesquisa, que podem ser reconhecidos como perspectivas para construir uma visão de mundo, ou seja, paradigmas de pesquisa.

Com base nos paradigmas são escolhidas as estratégias metodológicas que permitem construir teorias a partir da observação, interpretação e análise dos fenômenos, ou ainda testar teorias (EISENHARDT; GRAEBNER, 2007; GIOIA; PITRE, 1990). Portanto, pode-se afirmar que a metodologia é um ramo da epistemologia que representa o caminho para chegar ao conhecimento científico. Vale destacar que os métodos adotados em uma pesquisa seguem duas direções procedimentais: uma é realizada a partir das experiências, pela observação livre dos fenômenos, para chegar a proposições gerais, denominada de indutiva ou empirista (*theory building*); e a outra, os procedimentos podem ser conduzidos a partir de alegações gerais ou universais para realizar observações em particular de forma dedutiva, visando testar teorias (*theory testing*). Neste último tipo de procedimento surgem proposições que são reconhecidas como hipóteses, que podem ser testadas para validar o conhecimento gerado (BERNI; FERNANDEZ, 2012; GRAY, 2012). Compreensivelmente, Godoi, Bandeira-De-Melo e Silva (2010) afirmam que a metodologia é uma etapa secundária do processo de construção do conhecimento. A função da metodologia é definir os procedimentos que serão adotados na investigação a exemplo das técnicas de coleta e tratamento dos dados.

Paradigmas no campo dos estudos organizacionais

A obra “*Sociological paradigms and organisational analysis*”, de Burrell e Morgan (1979), empreende discussões aprofundadas sobre o funcionalismo e o interpretativismo, abordagens que se opuseram nos estudos organizacionais (VERGARA; CALDAS, 2005). Para compreender as nuances existentes entre estas vertentes, é importante distingui-las e classifica-las no âmbito de quatro conjuntos de pressupostos fundamentados em visões de mundo. Para Burrell e Morgan (1979), a filosofia da ciência e as teorias da sociedade podem ser classificadas em quatro conjuntos de pressupostos: (1) ontologia; (2) epistemologia; (3) a natureza humana e (4) a metodologia. O entendimento destes pressupostos torna-se essencial para a compreensão das consequências derivadas da influência das ciências naturais sobre as ciências sociais (Figura 1).

Figura 1. Esquema de análise sobre a natureza da ciência social



Fonte: Burrell e Morgan (1979, p. 3).

Burrell e Morgan (1979) utilizam dois termos que expressam visões antagônicas para tratar das questões ontológicas: o nominalismo e o realismo. Enquanto o primeiro não reconhece nenhum mundo

fora da consciência do indivíduo, não admite a existência do universal e do mundo das ideias; o segundo, ligado à doutrina de Platão acerca do conhecimento universal, entende que o mundo social existe independentemente de o indivíduo querer ou não.

O conjunto dos pressupostos de natureza ontológica reconhece que a realidade investigada nas ciências sociais se opõe à das ciências naturais. Contudo, esse antagonismo nas pesquisas pressupõe as seguintes questões: A compreensão tem origem na realidade externa ao indivíduo ou é algo produzido pela consciência? Uma realidade poderia ser entendida por uma natureza objetiva ou por meio do entendimento do indivíduo? Uma realidade é produzida “lá fora”, no mundo, ou ela origina-se internamente? Estas questões expõem as controvérsias entre formas objetivas e subjetivas de ver o mundo.

O segundo conjunto de pressupostos propostos por Burrell e Morgan (1979), o de natureza epistemológica, está relacionado a posições extremas atribuídas à natureza do conhecimento, isto é, “o conhecimento é algo sólido, real e capaz de ser transmitido de modo tangível ou torna-se algo mais maleável, subjetivo, espiritual ou mesmo transcendental, baseado na experiência e no *insight* de que a natureza é única e essencialmente pessoal” (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 1). Aqui os autores organizam o pensamento em duas categorias: anti-positivismo e positivismo. Enquanto o primeiro tem por princípio compreender os indivíduos de acordo com seus próprios pontos de vista; o segundo sinaliza que os cientistas procuram estabelecer regularidades e relações causais do que acontece no mundo social, com base nos pressupostos das ciências naturais. Para muitos pesquisadores a utilização da palavra “anti”, ou mesmo a própria apresentação de um modelo que contrapõe ideias, pode ser percebida como uma bandeira. Queremos destacar que em uma pesquisa o posicionamento não deveria figurar em uma debilidade, mas ele pode se tornar um problema quando pesquisadores negam qualquer contribuição que não derive de sua linha paradigmática (BARCELLOS; DELLAGNELO; SALLE, 2017; VERGARA; CALDAS, 2005).

O terceiro conjunto, de *natureza humana*, estabelece correlação entre os seres humanos e o ambiente em que vivem. O debate se estabelece em torno de uma concepção de homem, explicado segundo a sua atitude em relação ao mundo a sua volta. Neste caso os dois pressupostos são: *a visão voluntarista*, que se refere ao extremo que identifica o homem completamente autônomo, possuidor de livre arbítrio, visto como o criador do seu ambiente e *a visão determinista*, que defende que o homem e suas respectivas atividades são sempre determinadas por situações e/ou pelo próprio ambiente em que o indivíduo se situa, condicionados pelo ambiente externo (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 6). Os debates sobre determinismo e voluntarismo não são tranquilos, pois refletem as visões de mundo dos pesquisadores.

Por fim, o quarto conjunto se refere aos pressupostos relacionados à *metodologia*, que têm relação direta com os três conjuntos anteriores. Burrell e Morgan (1979, p. 2) enfatizam que “diferentes ontologias, epistemologias e modelos de natureza humana levam os cientistas sociais a diferentes metodologias”. No conjunto da metodologia encontram-se duas abordagens antagônicas para conduzir o processo metodológico: enquanto a *ideográfica* se relaciona com as constatações subjetivas do indivíduo, na qual o pesquisador se envolve com a vida diária do mesmo, fazendo uma análise pormenorizada do ser subjetivo, a *abordagem nomotética* enfatiza os testes de hipóteses com os cânones do rigor científico, tendo ênfase na pesquisa com protocolos sistêmicos e técnicos.

Embora Burrell e Morgan (1979) apontem para a existência de múltiplas alternativas metodológicas, o que é reconhecido como ciência pelas ciências naturais tradicionais, essa situação remete à um reduzido número de possibilidades metodológicas. Defendem ainda que as metodologias não podem ser usadas de forma indiscriminada nas ciências naturais para as ciências sociais. Para tanto, cabe respeitar os três conjuntos de pressupostos anteriormente descritos, uma vez que o mundo social é substancialmente distinto do mundo natural. Tanto é que quando as metodologias das ciências naturais são utilizadas por pesquisadores sociais de forma indiscriminada, os resultados são insatisfatórios porque comprometem

a profundidade da interpretação (BIROCHI et al., 2012; PAES DE PAULA, 2016; SERVA et al., 2010; SILVA, 2009).

Os conjuntos elaborados por Burrell e Morgan (1979) fundamentaram a proposição de quatro paradigmas para as ciências sociais: o *Estruturalismo Radical*, o *Funcionalismo*, o *Humanismo Radical* e o *Interpretativo* (Figura 2). Cabe lembrar que os paradigmas de pesquisa servem para direcionar os métodos que serão empregados para investigar determinado fenômeno.

Figura 2. Os quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979)

		Mudança Radical			
Subjetivo		Paradigma Humanista Radical (Teoria crítica)	Paradigma Estruturalista Radical (Marxismo e teoria social russa)	Objetivo	
		Paradigma Interpretativista (Hermenêutica, etnometodologia e interacionismo simbólico fenomenológico)	Paradigma Funcionalista (Teoria dos sistemas sociais, teoria da ação social, behaviorismo, determinismo e empiricismo abstrato)		
		Regulação			

Fonte: Godoi et al. (2010, p. 57)

Esses paradigmas (Figura 2) são representações orientadas por dois eixos: dimensão da natureza da ciência que classifica a realidade como objetiva ou subjetiva; e a dimensão da mudança social que tem em suas extremidades a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical.

Logo, ao investigar determinado fenômeno e adotar uma perspectiva paradigmática, o pesquisador chega a uma escolha metodológica. Cabe esclarecer que há diversas visões sobre o assunto paradigma de pesquisa. Guba e Lincoln (1994), por exemplo, propõem quatro paradigmas: positivista, pós-positivista, teoria crítica e construtivismo.

A essência dos pressupostos concebidos por Burrell e Morgan (1979) se baseia em teorias estabelecidas, que dificilmente ultrapassam as próprias fronteiras. Cada paradigma reflete uma visão distinta de realidade social, uma tradição de pesquisa própria, uma vez que o conceito de um paradigma não pode ser utilizado para interpretar outro paradigma. Assim, as análises devem considerar a luz da tradição que a pesquisa está fundamentada. Neste aspecto, procura-se anular discussões que não fazem sentido. Exemplo disso ocorre quando um paradigma procura interferir sobre o outro, uma vez que os pressupostos que constroem cada paradigma são distintos uns dos outros.

Respeitando as orientações destes autores torna-se inviável qualquer tipo de paralelo, a não ser o alcance que a pesquisa pode ter com a utilização dos pressupostos de uma tradição ou de outra. Essa situação é análoga à impossibilidade de compreensão de diversas culturas por apenas uma matriz cultural dominante. Cada cultura possui uma tradição, e ela é entendida por meio de seus pressupostos, caso contrário, gera-se apenas juízo de valor, o que não faz com que o conhecimento e as ciências avancem (GEERTZ, 2008; LARAIA, 2009).

Ao resgatar a natureza das ciências sociais, Cavalcante (2016) argumenta que enquanto o paradigma funcionalista está em conformidade com a abordagem objetiva, o paradigma interpretativista está em sintonia com a abordagem subjetiva, mas ambas ainda presas a estas abstrações representacionais. Tendo por base essas referências é possível afirmar que o funcionalismo é marcado pela sociologia da regulação, e ela tem contribuído para uma espécie de ortodoxia na pesquisa realizada no campo dos estudos organizacionais. Apesar desta situação, ocorreu ao longo do tempo uma discreta expansão do paradigma interpretativista, principalmente do final da década de 1980. Não obstante esse crescimento de pesquisas que adotem uma perspectiva interpretativista, se faz necessário perseguir a seguinte questão: O que representa a tradição interpretativista para as pesquisas nas ciências sociais e quais são seus desafios?

Interpretativismo nas ciências sociais

O paradigma interpretativista é uma referência na compreensão do conhecimento intersubjetivo nas ciências sociais. Ele é fundamental no entendimento do mundo social, para tanto, considera o ponto de vista, a cultura e os inter-relacionamentos dos atores sociais envolvidos diretamente no processo social. Além disso, esta tradição desenvolve um escopo metodológico, ontológico, epistemológico e de natureza humana que rompe com a visão dominante de ciência orientado para o funcionalismo. Destaca-se que o paradigma funcionalista é insatisfatório para pesquisas nas ciências sociais, uma vez que adota métodos das ciências naturais, conhecidamente pautados na isenção de valor (SANTOS, 1988; VERGARA; CALDAS, 2005).

O interpretativismo procura respostas capazes de desvendar a subjetividade de um conhecimento intersubjetivo na investigação científica. Essa busca se baseia na natureza fundamentalmente problemática e complexa da experiência e do comportamento humanos. Mais do que uma descrição da realidade, a ciência avança como uma possibilidade de contribuir para exercícios interpretativos, sobretudo em um momento em que “o homem tem necessidade de acreditar na realidade dos sentidos e das significações” (SILVA, 2009, p. 45).

O paradigma interpretativista desenvolve uma metodologia com a capacidade de estudar as objetivações da mente fundamentada no método *verstehen*. Este método é entendido como o modo de compreender o significado por meio dos aspectos históricos e/ou sociais no interior de um contexto em que é essencial que as palavras ganhem significado. A partir deste, deriva a hermenêutica, que envolve a interpretação e o entendimento resultante da produção da mente humana, capaz de representar o mundo social e cultural de um fenômeno humanamente construído (CAVALCANTI, 2016; PADGETT, 2017).

O enfoque principal do interpretacionismo reside em desenvolver uma teoria para a explicação social da realidade, considerando o ponto de vista dos atores humanos. Não tem como foco a realidade objetiva do mundo social, mas sim evidenciar o significado subjetivo, a busca de respostas aos acontecimentos sociais que podem revelar as estruturas sociais relevantes para o engajamento da mudança social (BURRELL; MORGAN, 1979; TOMAZETTE, 2008).

Cabe salientar que a ação humana é subjetiva, assim sendo, o comportamento humano não pode ser explicado somente com base em características exteriores e objetivas, como ocorre com os fenômenos naturais. Para entender os fenômenos sociais, principalmente do ponto de vista das atitudes que os atores investigados conferem às suas ações, torna-se necessária a utilização de métodos de investigação e a adoção de critérios epistemológicos distintos das correntes originárias do funcionalismo. Corroborando com estas ideias, Santos (1988, p. 53) afirma que a chave para o conhecimento social está nos “métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo,

em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético”.

Nas palavras de Vergara e Caldas (2005, p. 66), no universo dos estudos organizacionais “o interpretacionismo questiona o objetivismo arraigado na doutrina funcionalista, enquanto a vertente crítica combate sua inclinação à regulação e à manutenção da ordem social, ou seja, a sua falta de engajamento em prol da mudança social”. O interpretacionismo representa a ruptura de uma tradição de pesquisa dominante e torna-se alternativa nas investigações científicas sobre as organizações a partir da década de 1980, sem limitar-se a uma única forma de conhecer a realidade (AMBONI et al., 2017).

O paradigma interpretativista consolida-se nos estudos organizacionais ao conseguir explicar que nas organizações encontram-se processos surgidos de ações propositais das pessoas, onde pode ser entendida a intencionalidade na medida em que o pesquisador e o pesquisado interagem entre si, gerando sentido ao mundo. Essa dinâmica de representações da realidade social torna-se complexa e subjetiva, mas carregada de significados que podem explicar fenômenos complexos. Pode-se dizer que não existe uma realidade objetiva à espera de ser descoberta, uma vez que as verdades e os significados passam a existir somente no momento do envolvimento do pesquisador com o mundo (AMBONI et al., 2017; VERGARA; CALDAS, 2005).

Ressalta-se que muitos pesquisadores do campo dos estudos organizacionais utilizam o interpretacionismo como alicerce em suas pesquisas com o enfoque na subjetividade. Esta situação é percebida principalmente em estudos críticos. Além disso, destacam-se estudos como cultura e simbolismo, identidade, poder, emoção, relações de gênero, cognição, prazer, emoção, estética e espiritualidade. Apesar desta evidência do interpretativismo em estudos organizacionais, constata-se que a maioria das pesquisas produzidas utiliza métodos sob a orientação positivista e funcionalista (SERVA et al., 2010; VERGARA; PECI, 2003).

De qualquer forma, o mapeamento sobre os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) teve papel essencial para o pesquisador do campo de estudos organizacionais. Em contrapartida, atualmente há um esforço para superar a dicotomia objetivo/subjetivo (funcionalista e interpretativista) e a visão exclusivista identificada para cada paradigma proposto pelos autores (PAES DE PAULA, 2016; SERVA et al., 2010). Tal visão sofre críticas por aprisionar e limitar cada paradigma em seu quadrante, tese da incomensurabilidade dos paradigmas, que impossibilita qualquer tipo de diálogo interparadigmático. Consequentemente, prolifera a polarização e a segregação de perspectivas concorrentes, o que populariza a aceitação de visões pluralistas para o campo e não somente uma hegemônica (CALDAS, 2005; VERGARA; CALDAS, 2005).

Por um lado, a visão pluralista torna-se relevante à medida que incentiva os estudiosos a enxergarem as organizações sobre novos prismas. É uma forma de superar a visão reducionista da teoria das organizações e favorecer novas perspectivas de análises. Por outro lado, existem limites na utilização de múltiplos paradigmas, uma vez que o pesquisador precisa lidar com diferentes abordagens, o que pode levá-lo a ficar sem referências para manter a coerência e consistência da fundamentação de sua pesquisa (AMBONI et al., 2017).

Contudo, Paes De Paula (2016, p. 43) questiona a tese de incomensurabilidade paradigmática proposta por Burrell e Morgan (1979) ao entender que ela está deslocada das ciências sociais em geral, e dos estudos organizacionais em particular. A autora afirma que existe uma incompletude cognitiva e não a incomensurabilidade entre os paradigmas. Vale destacar que a incomensurabilidade impossibilita a comunicação e a interação entre os paradigmas.

Paes de Paula (2016) se esforça para argumentar a existência de caminhos que promovem interações entre as diferentes abordagens sociológicas e defende uma matriz epistêmica que considera a relação da

parte com o todo para gerar conhecimento, tendo como ligação o interesse cognitivo específico, seja técnico, prático ou emancipatório (Figura 3). Assim, as abordagens sociológicas explicam a realidade a partir de diferentes interesses, sejam eles cognitivos ou da própria abordagem. Ao contrário do modelo paradigmático proposto por Burrell e Morgan (1979), os pressupostos permanecem opostos na mesma matriz epistêmica, sendo que essa abordagem deixa de considerar as demais e gera a incompletude cognitiva. As reconstruções epistêmicas que caminham para a fronteira de outras matrizes epistêmicas podem ser uma forma de superar essas limitações cognitivas na construção do conhecimento, de teorias e metodologias (PAES DE PAULA, 2016).

Exemplo da interação entre as vertentes paradigmáticas seria a abordagem funcionalista procurando alcançar o interesse prático, o que geraria teorias e metodologia na fronteira da matriz hermenêutica. A abordagem interpretacionista, ao movimentar-se da fenomenologia para a linguística, geraria teorias e metodologias próprias da hermenêutica na direção do interesse emancipatório, fronteira com a matriz crítica. Por fim, o desafio da abordagem humanista seria transcender seus limites para um interesse técnico, na fronteira da matriz empírico-analítica (PAES DE PAULA, 2016).

Figura 3. Dinâmica das abordagens funcionalista, interpretativista e humanista



Fonte: Paes De Paula (2016, p. 42)

Portanto, conforme discussão em curso, as ciências sociais se utilizaram dos mesmos métodos praticados pelas ciências naturais e a questão não era o método em si, mas os pressupostos epistemológicos. Neste contexto ocorreu a neutralidade do sujeito com o objeto e o estabelecimento de leis universais e de previsão, mas essas se tornaram inadequadas muitas vezes para a investigação de problemas de pesquisa nas ciências sociais. Esta situação é agravada neste início do século XXI porque questões complexas como lucro e sustentabilidade estão presentes na mesma realidade. Ademais, identificou-se ao longo desta discussão a existência de uma ciência hegemônica que desqualifica e desconsidera qualquer outra forma de se pensar e fazer ciência (SANTOS, 1988;2010).

A partir do mapeamento de tradições filosóficas, ontologias, epistemologias, de natureza humana e metodologia, Burrell e Morgan (1979) contribuíram para a distinção entre abordagem objetiva e subjetiva nas ciências sociais. Apesar do tempo transcorrido (quase 40 anos) a contribuição dos autores é inegável para a academia. Apesar de esse sistema paradigmático ser alvo de críticas, ele ganha importância na medida em que populariza visões pluralistas, como a expansão do interpretacionismo nas ciências sociais. Em outras palavras, o mapeamento de obras que tratam sobre ciências sociais aplicadas reconhece outras formas de conhecimento que não seguem um alinhamento hegemônico ou funcionalista (AMBONI et al., 2017; VERGARA; CALDAS, 2005).

Destaca-se aqui que na atualidade, talvez o maior desafio em fazer ciências sociais consista na superação

da dicotomia objetivo e subjetivo, bem como da tese da incompletude cognitiva (PAES DE PAULA, 2016). Outro desafio estaria na superação do produtivismo acadêmico, definida como “atitude desequilibrada na qual a qualidade, a pertinência e os padrões éticos cederiam ao imperativo de pontuações e *Curriculum Vitae* recheados de títulos” (BERTERO et al., 2013, p. 182). A lógica produtivista é problematizada por Freitas (2007), Alcadipani (2011) e Mattos (2012), que convergem ao argumentar que a superprodução se tornou sinônimo de quantidade, negligenciando a contribuição teórica e a originalidade dos escritos, isso quando não fere igualmente a ética. Nesse contexto, possivelmente a abordagem interpretacionista seja a mais prejudicada uma vez que o processo investigativo é exigente em tempo e nem sempre os resultados consolidados em forma de artigos encontram pareceristas contributivos.

Independentemente de sua natureza, emerge crescente consciência de que toda pesquisa científica apresenta limitações. Isso remete a Vergara e Caldas (2005, p. 71) quando os autores afirmam que

interpretacionistas e funcionalistas juntam-se a outros no processo de fazer ciência. Como esta não é dogma, carrega em si reflexões, reações, contradições, dúvidas, num processo dinâmico que revela, sobretudo, o fato de que a realidade social, grupal, individual transborda de nossa capacidade de dela dar conta.

Frente ao exposto, cabe ao pesquisador ter consciência dos pressupostos filosóficos que orientam a pesquisa que realiza, evidenciando a importância da reflexão epistemológica. Esse exercício contribui para o cientista refletir sobre os métodos, as práticas e os propósitos que nutrem em relação à sociedade.

Considerações finais

O presente ensaio teórico teve o propósito de contribuir para a reflexão acerca dos caminhos alcançados pelas ciências para compreender o conhecimento intersubjetivo, suas implicações e seus desafios para as ciências sociais. Com ele, pretende-se contribuir para o entendimento dos pressupostos das ciências sociais e assim colaborar para a construção de um conhecimento intersubjetivo por meio da tradição interpretativista, com enfoque na subjetividade.

A limitação deste estudo está em não desenvolver uma pesquisa ampla sobre como as pesquisas são orientadas pelo paradigma positivista numa perspectiva funcionalista, adotando métodos que explicam fenômenos de forma objetiva. A oportunidade de estudos futuros reside em discutir como as teorias refletem visões ortodoxas orientadas pelo funcionalismo, e como o interpretativismo pode auxiliar na busca por novos significados para fenômenos aprisionados pelo *mainstream* produtivista.

Rerefências

- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Cadernos Ebape.BR**, v. 9, n. 4, 2011.
- ALCADIPANI, R. Periodicos brasileiros em ingles: a mimica do publish or perish” global”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 4, p. 405-411, 2017.
- ALDAWOD, A.; DAY, J. A Critical Reflection upon the Postmodernist Philosophical Positions and Issues Relevant to Entrepreneurship Research. **BAM**, 2017.
- AMBONI, N. et al. Abordagem multiparadigmática em estudos organizacionais: avanços e limitações. **Brazilian Journal of Management/Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 5, 2017.
- BARCELLOS, R. D. M. R. D.; DELLAGNELO, E. H. L.; SALLE, H. K. D. Reposicionando conceitos: a organização fora dos eixos. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 57, n. 1, 2017.

- BERNI, D. D. A.; FERNANDEZ, B. P. M. Métodos e técnicas de pesquisa–modelando as ciências empresariais. **São Paulo: Saraiva**, 2012.
- BERTERO, C. O. et al. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 1, 2013.
- BIROCHI, R. et al. Mapeamento de abordagens epistemológicas em publicações sobre estratégia organizacional. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 5, n. 3, p. 259-279, 2012.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, p. 53-57, 2005.
- CAVALCANTI, M. F. R. ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E FILOSOFIA: A CONTRIBUIÇÃO DE DELEUZE/ Organizational Studies and Philosophy: Deleuze's contribution/Estudios Organizacionales y Filosofía: La contribución de Deleuze. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 2, p. 182, 2016.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2.ed. 3.tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DUARTE, M. F. D.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, 2015.
- EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **The Academy of Management Journal**, v. 50, n. 1, p. 25-32, 2007.
- FREITAS, M. E. D. A carne e os ossos do ofício acadêmico. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 42, p. 187-190, 2007.
- FREITAS, M. E. D. O pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. **Cadernos Ebape.BR**, v. 9, n. 4, p. 1158-1163, 2011.
- FREITAS, R. R. Aprendizagem histórica e cultura histórica: Contributos para investigações sobre o lugar da intersubjetividade na formação histórica. **História & Ensino**, v. 22, n. 2, p. 247-262, 2017.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIOIA, D. A.; PITRE, E. Multiparadigm perspectives on theory building. **Academy of management review**, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.
- GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. D. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Porto alegre: Penso Editora, 2012.
- GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. **Handbook of qualitative research**, v. 2, n. 163-194, p. 105, 1994.
- LARAIA, R. D. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 23.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MATTOS, P. L. C. D. "Pés de barro do texto" produtivista" na academia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, p. 566-573, 2012.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. Qualitative data analysis: A sourcebook of new methods. In: (Ed.). **Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods**: Sage publications, 1984.
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MOTTA, F. C. P. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. Pioneira Thomson Learning, 2001.
- PADGETT, D. K. **Qualitative methods in social work research**. 3.ed. New York: Sage Publications, 2017.
- PAES DE PAULA, A. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 24, 2016.
- POZZEBON, M.; PETRINI, M. D. C. Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico interpretativa. In: TAKAHASHI, A. R. W. (Ed.). **Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013. p.51-72.

- SANTOS, B. D. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciências pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.
- SANTOS, B. D. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de administração de empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.
- SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 276-287, 2010.
- SILVA, A. B. D.; ROMAN NETO, J. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R., *et al* (Ed.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.53-87.
- SILVA, M. D. L. R. D. Discussões sobre a Pluralidade Metodológica da Ciência Contemporânea. **Notandum Libro**, v. 13, p. 43-49, 2009.
- TEIXEIRA, C. Epistemologia. In: GALVÃO, P. (Ed.). **Filosofia: uma introdução por disciplinas**. Lisboa: Edições 70, v.1, 2012. p.99-141.
- TOMAZETTE, M. A contribuição metodológica de Max Weber para a pesquisa em ciências sociais. **Universitas Jus**, v. 17, 2008.
- VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 45, n. 4, p. 66-72, 2005.
- VERGARA, S. C.; PECCI, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 13-26, 2003.
- WEBER, M. **Os economistas** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Recebido em: 22.09.2017

Aprovado em: 04.10.2018